

ANEXO IV

TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO
– CREF8/AM-AC-RO-RR E A EMPRESA, NA FORMA
ABAIXO:**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO – CREF8/AM-AC-RO-RR, com sede na Avenida Maués, 1023 – Cachoeirinha, CEP: 69065-070, na cidade de Manaus-Amazonas, inscrito no CNPJ sob o nº 03.816.805/0001-04, neste ato representado por seu Presidente, Lyndon Johnson de Azevedo Furtado, CREF8/AM-AC-RO-RR nº 000012, aqui denominado CONTRATANTE e do outro lado, a empresa, CNPJ nº, situada, neste ato representada na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo seu representante legal, portador do documento de Identidade nº, e CPF nº, aqui denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 21/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de assessoria, planejamento, coordenação e gerenciamento da comunicação institucional e das mídias digitais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, compreendendo a produção de conteúdo institucional, gerenciamento de redes sociais, cobertura das agendas oficiais da Presidência e de eventos institucionais, monitoramento de desempenho digital, elaboração de materiais informativos e estratégicos, bem como serviços especializados de design gráfico e comunicação visual estratégica, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO/ME NSAL	VALOR FINAL
01	01	Prestação de serviços especializados de assessoria , planejamento, coordenação e gerenciamento da comunicação institucional e das mídias digitais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, compreendendo a produção e divulgação de conteúdo institucional, gerenciamento de redes sociais, cobertura das agendas oficiais da Presidência e de eventos institucionais, monitoramento de desempenho digital, elaboração de materiais informativos e estratégicos, bem como ações voltadas ao fortalecimento da imagem institucional, ampliação do alcance comunicacional, promoção da transparência institucional e aprimoramento do relacionamento com profissionais registrados, parceiros institucionais e sociedade.	12	R\$	R\$
	02	Prestação de serviços especializados de design gráfico e comunicação visual estratégica , compreendendo a criação, desenvolvimento e padronização de peças institucionais digitais e impressas, identidade visual, materiais promocionais, conteúdos visuais para redes sociais, campanhas institucionais, apresentações, materiais de divulgação e demais recursos gráficos destinados ao apoio das ações institucionais e agendas da Presidência do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, visando fortalecer a identidade e a imagem	12	R\$	R\$

		institucional, ampliar o alcance e o engajamento junto ao público-alvo e assegurar comunicação visual clara, moderna, acessível e alinhada às diretrizes institucionais.			
--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.O Edital de Pregão Nº 90001/2026;
- 1.3.2.O Termo de Referência;
- 1.3.3.A Proposta do contratado;
- 1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 3.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2. A fiscalização poderá solicitar ajustes, correções, complementações e adequações necessárias à perfeita execução dos serviços.
- 3.3. A aprovação de conteúdos, artes, campanhas, materiais institucionais e publicações será de competência do CREF8.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO

- 4.1. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, conforme demandas da Administração, observadas as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.
- 4.2. A contratada deverá manter disponibilidade operacional compatível com as agendas institucionais, eventos, campanhas e demandas emergenciais do CREF8.
- 4.3. A execução dos serviços compreenderá atividades presenciais e remotas, conforme necessidade da Administração.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Conforme previsão que consta no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total estimado do presente contrato é de R\$ _____, conforme proposta vencedora:

6.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, materiais, equipamentos, softwares, deslocamentos, ferramentas, mão de obra e demais custos diretos e indiretos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado da contratação.

8.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas dos serviços executados, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total

ou em parte, às suas expensas;

- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.9. Cientificar o departamento responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da

boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o prazo previsto para execução das atividades demandadas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços executados nos quais se verificarem falhas, inconsistências, defeitos ou desconformidades;
- 10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que possa impactar a execução contratual.
- 10.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.18. Disponibilizar equipe técnica qualificada compatível com a execução dos serviços contratados.

- 10.19. Garantir disponibilidade operacional para atendimento das demandas institucionais, eventos, agendas oficiais e demandas emergenciais do CREF8.
- 10.20. Disponibilizar ao CREF8 todos os arquivos editáveis, materiais-fonte, vídeos, imagens, projetos gráficos e demais conteúdos produzidos durante a execução contratual.
- 10.21. Manter sigilo sobre informações institucionais, estratégicas e administrativas obtidas durante a execução contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. A contratada deverá comprovar a execução dos serviços mediante apresentação de relatórios mensais, conteúdos produzidos, peças gráficas, registros fotográficos, métricas digitais, publicações realizadas, relatórios de desempenho e demais evidências da execução contratual.
- 11.2. A comprovação da execução constitui condição indispensável para fins de recebimento e pagamento.
- 11.3. A ausência ou inconsistência na comprovação poderá ensejar glosa proporcional dos valores, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes

sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - iv. **Multa:**
 1. moratória, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. compensatória, de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser

recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos da Dotação orçamentária, sob o código da despesa: 6.2.2.1.01.01.047 - SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da

Lei nº 14.133, de 2021.

- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

- 18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Manaus/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PROPRIEDADE INTELECTUAL

19.1. Todos os materiais, artes, conteúdos, projetos gráficos, vídeos, fotografias, campanhas, apresentações e demais produtos desenvolvidos durante a execução contratual terão seus direitos patrimoniais integralmente cedidos ao CREF8.

19.2. A contratada deverá disponibilizar os respectivos arquivos editáveis e materiais-fonte sempre que solicitado pela Administração.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – CONFIDENCIALIDADE

20.1. A contratada deverá manter absoluto sigilo sobre informações institucionais, estratégicas, administrativas e operacionais obtidas em decorrência da execução contratual.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO

21.1. A contratada deverá atender às demandas ordinárias no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, salvo prazo diverso definido pela Administração.

21.2. Demandas urgentes poderão ser solicitadas pela Presidência ou fiscalização contratual, devendo receber tratamento prioritário.

21.3. O descumprimento injustificado dos prazos poderá ensejar aplicação de glosa e penalidades administrativas.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DOS MATERIAIS

22.1. Nenhum material institucional poderá ser publicado, divulgado ou veiculado sem prévia aprovação do CREF8.

22.2. A contratada deverá realizar os ajustes solicitados pela Administração sempre que necessário.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA EQUIPE TÉCNICA

23.1. A contratada deverá manter equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços contratados.

23.2. O CREF8 poderá solicitar substituição de profissional cuja atuação apresente desempenho insatisfatório, conduta incompatível ou descumprimento das diretrizes institucionais.

Manaus/AM, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO.

Lyndon Johnson de Azevedo Furtado

Presidente

CREF/8 nº 000012

CONTRATADA